COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VIII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 83 DEZEMBRO 1992

Um comentário de John MacDougall

O dilema de Suharto

Profundo conhecedor da Indonésia, onde trabalhou durante vários anos para o Departamento de Estado norte-americano, John MacDougall, actual coordenador de Task Force Indonesia, **é uma das vozes mais autorizadas - como já por várias vezes o demonstrou - sobre as contradições que fazem mover a complexa sociedade daquele país.**

É um seu - polémico a nosso ver - comentário às dificuldades que o regime de Jacarta enfrenta no como lidar com a prisão do Comandante Xanana Gusmão, editado na conferência electrónica sobre Timor-Leste reg.easttimor **no dia 8 de Dezembro, que aqui reproduzimos.**

"Há sinais de haver na cúpula dirigente indonésia um debate relativo às acusações sob as quais Xanana deverá ser levado a tribunal. Centrá-las na organização do massacre de 12 de Novembro representaria um esforço para desviar as atenções do problema da autodeterminação.

O general Try Sustrino, chefe das Forças Armadas indonésias, anunciou já que o julgamento terá lugar em Dili, uma questão que não está dentro das suas atribuições decidir. Mas mostra, uma vez mais, as ansiedades oficiais quando chega o momento de tomar a decisão de avançar com a rotina habitual de julgamento por subversão ou outro crime político, a qual termina com o acusado cumprindo pesadas penas de prisão (e sempre com o risco de ser sentenciado à morte). Provavelmente Try pensa que um julgamento em Dili, mais do que em Jacarta, diminuirá os riscos da publicidade, graças aos mecanismos de controlo do acesso dos meios de comunicação social e de observadores ao julgamento.

Se bem que obrigasse a uma intervenção extraordinária de Boutros-Ghali para levar à libertação de Xanana, à sua entrega a um seu representante especial e, escoltado por pessoal diplomático estrangeiro, à sua colocação num avião para Nova Iorque (...) para as conversações patrocinadas pelas Nações Unidas, o dilema em que se encontra o governo indonésio é precisamente o ter de optar entre este cenário - agora ou mesmo depois do julgamento - ou ver Xanana transformado numa figura do tipo de Nelson Mandela.

A única referência conhecida que leva a pensar que Suharto poderia considerar a primeira alternativa - a libertação - foi uma alusão fugaz de Sudomo [Ministro Coordenador da Segurança] *a que investigações estavam a ser feitas sobre a cidadania de Xanana. Se ele se reclamasse da cidadania portuguesa ou como apátrida, isso poderia ser utilizado como um pretexto para 'deportá-lo' para qualquer lado fora da Indonésia (embora a reivindicação da cidadania portuguesa por parte dos réus no caso das manifestações* [de 12 e 19 de Novembro de 1991] *não os tivesse levado a lado nenhum).*

Suharto arrisca-se à ira de alguns dos seus oficiais superiores se não for para a frente com a segunda alternativa - o julgamento - mas recuperaria a sua credibilidade como porta-voz do Movimento dos Não-Alinhados e a sua 'aceitação', em vias de se extinguir, aos olhos da nova administração Clinton e de muitos outros governos (incluindo os do Grupo dos 7 países mais industrializadas) se iniciasse um processo de negociações envolvendo Xanana como o principal mediador do lado timorense.

Suharto, e especialmente Alatas, têm recebido tantos avisos sérios, em privado, sobre Xanana, de funcionários

NESTE NÚMERO:

- O dilema de Suharto
- Um poema de B. Reyburn: «Without Duress?»
- Timor-Leste: pior que em 75
- Conversações Portugal-Indonésia
- Presos políticos na Indonésia, hoje

WITHOUT DURESS?

How strange!

The bird of freedom
sings a different song
from its cage.

But you cannot change the singing
of the wind
in the trees.

Or the singing of the people
in the streets.

Oh, Gusmao!

In brotherly solidarity,

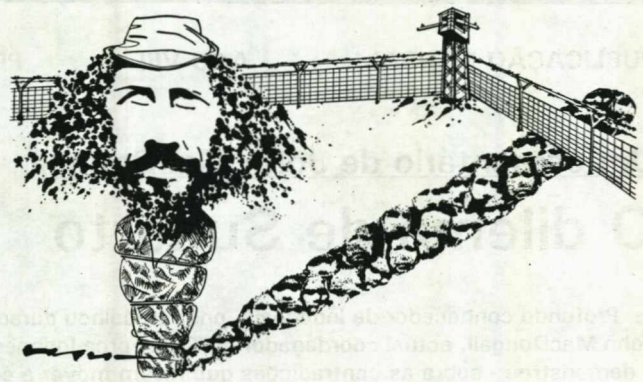
Bruce Reyburn

superiores governamentais de outros países que poderá agora parecer mais vantajoso remover o principal e irritante obstáculo na política externa indonésia. Isto afastaria - provavelmente para todas as partes envolvidas, pois os governos preferem tratar a Indonésia como 'parceira' ou, em alguns casos, como 'aliada' - a possível ameaça desestabilizadora de uma nova política de hostilidade aberta para com uma Indonésia autoritária (mesmo que nada mude no curto prazo excepto o estatuto de Timor-Leste).

O perigo representado pelo Exército, se Suharto embarcasse numa nova política para Timor-Leste, tem sido, talvez, sobrestimado. O 'projecto' de Murdani [actual Ministro da Defesa e grande 'padrinho' da invasão de Timor-Leste] *terminaria, mas ele poderá simplesmente não ser designado para nenhum cargo importante depois do MPR* [Assembleia que 'elege' o Presidente da República e 'aprova' as orientações políticas gerais para o quinquénio correspondente] *indicar novamente Suharto como Presidente. A escolha de um Vice-Presidente das simpatias do Exército é uma arma formidável que Suharto tem nas suas mãos. Não é provável que Try* [principal candidato ao lugar de Vice] *tenha o espírito ou a coragem de ir contra uma nova política para Timor-Leste. A maioria dos 'bons soldados' comportar-se-iam como tal.*

Alguns elementos dos serviços de informação e segurança do Exército são a favor de uma mudança significativa do regime - na verdade, a maior parte do corpo de oficiais tem apoiado esta via há mais de uma década - e muito poucos oficiais em qualquer lugar do Exército favorecem uma transição violenta ou inconstitucional do poder. Neste quadro, estes objectivos estariam substancialmente mais próximos de realização, especialmente se Suharto ficasse incapacitado durante o seu próximo mandato - como muitos esperam que aconteça.

Em resumo, Suharto, incitado - e apoiado - pela crescente pressão internacional, tem agora poder suficiente não apenas para libertar Xanana e os outros presos timorenses, mas também para libertar Timor-Leste. O cenário, especificamente indonésio, poderá bem ser um submisso DPR [Assembleia Nacional indonésia] *no centro e um submisso DPRD* [Parlamento provincial] *em Timor-Leste aprovando ou ratificando um decreto ou uma decisão Presidencial de 'expulsar' Timor-Leste da Indonésia ou permitindo-lhe (e só a Timor-Leste) 'separar-se'."* □



Público, 29/11/92

TAPOL alerta

Timor-Leste: pior que em 1975

Em comunicado de imprensa - de que transcrevemos excertos - divulgado no dia 6 de Janeiro, a TAPOL, organização de defesa de direitos humanos sediada em Londres, alerta para a dramática situação que se vive hoje em Timor-Leste, em resultado de uma campanha repressiva tremenda lançada pelas autoridades de ocupação indonésias.

"1. Algumas das pessoas que foram detidas, imediatamente antes ou depois da prisão do dirigente da resistência, Xanana Gusmão, estão presas em celas secretas nas prisões de Colmera e Comarca, em Balide, Dili. Henrique Belmiro Guterres é, de todos eles, o que está em pior situação: foram-lhe arrancadas todas as unhas, cortadas as orelhas e tem um braço partido. Ao contrário do que normalmente acontece, a Cruz Vermelha Internacional não informou os familiares destes presos do seu paradeiro.

2. Em Novembro passado, um timorense integrado nas Forças Armadas indonésias, ten. Constâncio Guterres, foi preso por suspeita de estar envolvido com a organização clandestina. Há informações de que outros elementos timorenses das Forças Armadas foram também presos. Aos militares timorenses já não lhes são entregues armas de fogo.

3. David Dias Ximenes foi detido em 17 de Dezembro e interrogado durante um dia. Foi libertado por intervenção da Cruz Vermelha Internacional. [No inicio da década de 80, David Dias Ximenes foi condenado a 15 anos de prisão. Esteve preso em Cipinang, Jacarta. Foi libertado e voltou a Dili em Novembro de 1991].

4. Alguns empresários timorenses estão escondidos visto serem alvo de suspeita de fornecerem bens a Xanana Gusmão. O director do Gabinete de Relações Públicas [não é claro qual o seu nível dentro da Administração] foi convocado para investigações. O director da Samsat [?], capitão Martins, foi transferido para Denpasar.

5. No início de Dezembro, o governador Abílio Osório Soares e o comandante militar indonésio, brigadeiro-general Theo Syafei, ordenaram aos seus subordinados, tanto nos serviços civis como militares, para convocarem todo o pessoal que fosse suspeito de 'duplicidade' para interrogatório imediato; se se provasse que eram culpados seriam presos. Muitas destas pessoas eram simpatizantes da UDT.

6. Alguns dos elementos das organizações clandestinas que se 'renderam' em Baucau e que foram obrigados a ir para o mato caçar guerrilheiros, foram mortos pelos militares indonésios por não terem conseguido capturar ninguém. Para testar a sinceridade do seu arrependimento tinham-lhes sido colocadas duas possibilidades: continuarem vivos se capturassem rebeldes ou, caso contrário, serem mortos.

7. As acções dos militares atingiram um novo auge de ferocidade, forçando as pessoas a fazerem juramentos, todos eles cuidadosamente gravados. Jovens, especialmente raparigas, são forçadas a comparecer a festas dançantes organizadas pela tropa por todo o território. Ninguém se atreve a recusar ou a protestar pois todos têm muito medo.

8. A situação está, de longe, muito pior do que em 1975. Esperamos que divulguem estas informações (...). A situação em Timor-Leste é terrível. Necessitamos urgentemente da intervenção da ONU.". □

Conversações Portugal-Indonésia

Deixar Timor-Leste escolher o seu futuro

Teve lugar no passado dia 17 de Dezembro, em Nova Iorque, o segundo encontro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, para discussão do problema de Timor.

O resultado tornado público parece escasso: marcação de nova reunião, agora em Roma, para Abril.

ENTRE A ARROGÂNCIA E O PESSIMISMO

As vésperas do encontro entre os dois ministros foram marcadas por declarações de arrogância pelo lado indonésio e de grande pessimismo pelo lado português.

Ali Alatas estava convencido de ter na mão um trunfo importante para as conversações. A prisão do Comandante Xanana Gusmão, em fins de Novembro, tinha-lhe dado a oportunidade para afirmar que a resistência timorense à ocupação era coisa do passado. Como disse o correspondente em Jacarta da **BBC World Service** (1/12/92), "*o governo indonésio pretende apresentar o conflito em Timor-Leste como terminado e neste sentido as declarações de Gusmão têm um considerável valor propagandístico mas se elas representam ou não a sua posição genuina é uma pergunta que só poderá ser respondida depois de observadores independentes terem acesso a ele*".

Conforme o ministro declara à imprensa do seu país (**Jakarta Post**, 1/12/92), a Indonésia não quer reabrir a discussão em tôrno de assuntos, tal como a autodeterminação para Timor-Leste, que considera encerrados. A Indonésia não mudará a sua posição de base de rejeição de um referendo no território. O ministro afiança que participará no encontro apenas como ouvinte. "*Não estou nem optimista nem pessimista. Tenho de ouvir primeiro que ideias novas irão eles* [Portugal] *propôr no diálogo*".

John MacDougall, da **Task Force Indonesia**, chamou a atenção para o facto de, nas suas declarações, Alatas tentar "*colocar o ónus do 'progresso' (ou da falta dele) nas conversações em cima de Portugal*" e, com isso, estar "*a subestimar o papel do Secretário-Geral. Este quer que a ONU desempenhe um papel mais activo na solução dos conflitos que dividem o nosso mundo. Timor-Leste não deverá escapar a esta postura. Foi ele, aliás, quem escreveu a Suharto pedindo a libertação de Xanana (e sabe-se lá que mais), que nomeou dois novos responsáveis para acompanharem a questão. Tem sido ele que tem puxado pela participação, por alguma forma, dos timorenses. Alatas sabe que não está a lidar com um desinteressado burocrata faz-nada chamado Perez de Cuellar mas antes com um homem que não está preocupado em conseguir um segundo mandato e logo com as mãos livres para tomar as iniciativas necessários ao governo do mundo.*".

Na pasta de Durão Barroso pesavam, talvez, os compromissos que o seu antecessor no cargo assumira no encontro de Setembro. "*Não vos escondo que as perspectivas são muito negativas*", disse aos jornalistas.

Contudo, o ministro português tinha também a seu favor alguns trunfos. O editorial do **Washington Post** de 5/12/92 - um jornal próximo das posições dos democratas -, reproduzido no **International Herald Tribune**, indiciava uma nova atitude da futura administração da Casa Branca relativamente ao problema de Timor. "*A Indonésia parece apostada em continuar a competir para o título de primeira potência colonial da Ásia. Fá-lo pela sua posição em Timor-Leste*", escreve-se nesse editorial. "*A Indonésia precisa de encontrar o seu caminho para deixar Timor-Leste escolher o seu futuro. As conversações sob a égide das Nações Unidas oferecem uma modalidade. (...). Um governo indonésio avisado lidaria com o Sr. Gusmão numa base política. (...). Como pode interessar à Indonésia permanecer uma potência colonial?*"

À PROCURA DOS CAMINHOS PARA A MELHOR SOLUÇÃO

A única informação saída a público das conversações foi a marcação de uma nova ronda para 20 de Abril, agora a ter lugar em Roma. À saída, ambos os MNE foram reservados com os jornalistas, embora tivesse ressaltado que Alatas, sempre tão aberto a mostrar os dentes, se mostrasse então de rosto mais fechado. Segundo ele, o encontro tinha sido "*bom e construtivo*" mas as posições "*permaneciam diametralmente opostas*". Quanto a Durão Barroso, reconheceu que, embora não se tendo avançado, tinha havido uma troca de opiniões "*muito franca*". Adiantou que a situação de Xanana Gusmão tinha sido discutida, sem acrescentar pormenores, e que a Indonésia tinha sido pressionada a autorizar a visita de organizações internacionais de direitos humanos ao território. A reunião demorou quatro horas, mais do que o previsto, e levou inclusivé Boutros-Ghali a adiar uma outra reunião agendada para discutir o problema da Bósnia-Herzegovina.

A escolha de Roma para sede do próximo encontro parece sugerir uma oportunidade para o Vaticano desempenhar um papel mais às claras.

Na véspera da reunião, mais de meia centena de dirigentes religiosos, de políticos, académicos e intelectuais - entre os quais dois prémios Nobel da Paz, o Arcebispo Desmond Tutu e Mairead Corragan Maguire (da Irlanda do Norte) - dirigiram-se ao SG da ONU, à Indonésia, a Portugal e à comunidade internacional, apelando ao fim da violação sistemática dos direitos humanos em Timor-Leste e à realização de um referendo sob supervisão internacional.

Mons. Belo tinha insistido nesta via, precisamente uns dias antes do encontro de Nova Iorque, numa entrevista a um jornal português. À pergunta do jornalista sobre se mantinha a sua anterior proposta ao SG da ONU sobre a realização de um referendo em Timor-Leste, respondeu: "*Para mim, essa é a melhor solução. Digam o que disserem, para mim essa é a melhor solução*" (**Público**, 4/12/92).

O regime de Jacarta mostrará uma grande ingenuidade se acreditar que, com a prisão de Xanana, acabou a resistência timorense, pois como escreveu **The Economist** (28/11/92) "*com ou sem a direcção de Gusmão, as próprias acções da Indonésia garantem a continuação da oposição*". □

Relatório do TAPOL analisa

Presos políticos na Indonésia, hoje

"*Quantos presos políticos existem na Indonésia?*" é uma pergunta frequentemente feita e à qual é impossível responder com rigor. Organizações não governamentais indonésias estimam que haverá actualmente pelo menos 2 mil. Mas muitos acreditam que o número será bem maior.

Nos últimos anos, grupos indonésios (nomeadamente o LBH) têm desenvolvido esforços concertados para inventariar o seu número, visitando as principais prisões espalhadas pelo arquipélago. As listas, compiladas pelo TAPOL, não estão completas, mas permitem a análise duma amostra relevante de prisioneiros políticos às mãos do regime indonésio.

PERFIL GENÉRICO

Esta análise foi baseada em 596 casos identificados. Mais de metade dos presos tem relação com os movimentos independentistas de Timor-Leste, Aceh e Papua Ocidental, um terço são activistas muçulmanos, 5% são supostos comunistas detidos na sequência do golpe de 65, estando também referenciados vários dirigentes estudantis.

Para além dos nomes e locais de detenção, pouco mais se sabe. Em Timor-Leste e na Papua Ocidental frequentemente apenas é conhecido o nome do preso. Em Java, detalhes incluindo data, motivo da detenção, duração da pena e presumível data de libertação podem estar disponíveis.

As prisões arbitrárias, as detenções por motivos religiosos e políticos, a utilização de tortura nos interrogatórios, a negação de assistência jurídica, a chantagem sobre as famílias, a censura da correspondência e as escutas telefónicas verificadas nestes casos, constituem violações do Direito Internacional, nomeadamente da "Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos", da "Declaração Universal de Direitos Humanos" e dos "Padrões de Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros", da ONU.

PAPUA OCIDENTAL E ACEH

Há 144 presos papuanos identificados, acusados na maioria de ligações ao Movimento de Libertação da Papua (OPM).

A maioria dos presos foram condenados a sentenças superiores a 5 anos. Mais de metade deles está preso em Java, a muitos milhares de quilómetros de casa, sendo a possibilidade prática de receber visitas muito remota. Além disso, uns 40% foram detidos sem mandato judicial, havendo ainda vários a aguardar julgamento há mais de dois anos.

Estão disponíveis os nomes de 52 acehneses presos sob acusação de ligações ao movimento independentista Aceh Merdeka. Dos casos documentados, mais de metade foi condenada a penas superiores a 10 anos de cadeia. A maioria deles tem idades entre os 20 e os 40 anos, cobrindo um vasto leque de profissões e de estatutos sociais (intelectuais, militares, funcionários públicos, pequenos comerciantes).

O grosso dos independentistas não tem sequer direito à prisão: milhares de mortos têm sido sepultados em valas comuns ou pura e simplesmente abandonados nas valetas das estradas.

TIMOR-LESTE

Conhece-se a existência de mais de 120 timorenses presos por alegados actos de subversão, os quais representam 22% do total de presos identificados. Há relatos de números muito superiores, sendo a informação disponível muito escassa. Como édifícil o acesso a eles, as idades e as sentenças (nos casos em que as há...) são desconhecidas em cerca de 80% dos casos. Para muitos, nem o nome de família se conhece.

A lista refere pelo menos 7 timorenses detidos no Comando Militar de Baucau (nem sequer identificados) e apenas 9 em Jacarta. A grande maioria dos presos são jovens, sendo a acusação mais frequente de activismo ou simpatia pela Resistência.

MUÇULMANOS

Os activistas islamitas representam 36% do total dos presos, de longe o maior grupo. Estão identificados 212 deles, que cumprem sentenças por subversão que vão até prisão perpétua. Todavia, segundo estimativas, existirão pelo menos mais uma centena para além destes. A informação disponível sobre eles é igualmente muito escassa.

Na sequência do massacre de Tanjung Priok em 84 (em que centenas de pessoas foram assassinadas), dos atentados à bomba em Malang, Jacarta e Borobudur em 85, do desmantelamento de grupos de base do movimento islâmico Usroh (que advogava o retorno aos princípios originais dos ensinamentos islamitas) e do movimento Darul Islam (adepto da criação dum Estado islâmico) em 86 e 87, algumas centenas de activistas foram condenados a penas que oscilaram, em geral, entre 10 e 20 anos de cadeia, havendo alguns casos de prisão perpétua.

O ultimo desta longa lista de incidentes foi o massacre de dezenas de aldeões em Lampung (Sumatra), em 91- por se oporem à construção de uma barragem gigantesca, co-financiada pelo Banco Mundial, e que os faria receber uma indemnização de miséria pela perda das suas terras - que atirou para os calabouços mais uma vintena de muçulmanos detidos a pretexto das suas convicções religiosas.

COMUNISTAS

O golpe militar de 65 levou ao massacre de um milhão de pessoas, segundo algumas estimativas, suspeitas de serem membros ou simpatizantes do Partido Comunista da Indonésia. Na mesma altura, mais de 750 mil pretensos comunistas foram presos e muitos deles foram sumariamente executados. Dos que sobreviveram, nem um milhar chegou a ser julgado.

Pelo menos 29 presos políticos de 65 continuam detidos. Sete deles aguardam ainda a execução da pena de morte, após 24 anos na prisão e 17 foram condenados a prisão perpétua. A maioria deles são de idade avançada: 24 têm mais de 60 anos e um tem 91. O regime de Suharto deve considerá-los extremamente perigosos... □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317